

**EXPEDIENTE:** Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelôja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

**imprensa@sintrajusc.org.br**  
**www.sintrajusc.org.br**

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)  
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)  
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1076

# Final de jogo: ato na quarta pressiona pelo PCS

Na próxima quarta-feira, 14 de dezembro, servidores de todo o país irão a Brasília participar de um novo ato nacional em defesa da aprovação dos PLs 6613/09 e 6697/09 (PCS do Judiciário e do MPU) O SINTRAJUSC estará representado por três servidores. Como no dia 23 de outubro, quando mais de mil pessoas protestaram na porta do STF e do Palácio do Planalto, a manifestação nacional da próxima quarta será na Praça dos Três Poderes, a partir das 15 horas.

Informações obtidas nos últimos dias por dirigentes da Fenajufe e dos sindicatos de base, por meio de parlamentares da base do governo, continuam apontando que até o momento o impasse não permite que haja avanços nos diálogos com o Executivo, o que impede o fechamento de um acordo orçamentário para aprovar os PCSs.

A categoria esbarra, por um lado, na intransigência do governo Dilma em manter a política de reajuste zero ao funcionalismo e, por outro, na inércia das cúpulas do Judiciário Federal e do MPU, especialmente do presidente do STF, ministro Cezar Peluso, e do Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, que continuam sem assumir efetivamente o papel de negociadores junto ao go-

verno federal.

Para os coordenadores da Fenajufe e representantes dos sindicatos no Comando Nacional de Greve, esta semana poderá ser decisiva, uma vez que até o dia 19 o relator geral da LOA 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), deverá concluir o seu relatório final, a ser votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) até o dia 20 de dezembro e até dia 22 no plenário do Congresso.

Até lá, os servidores precisam intensificar as pressões sobre os parlamentares, em especial daqueles que compõem a CMO e a base do governo no Congresso Nacional, visando garantir a inclusão da emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, destinando valores para o pagamento de duas parcelas dos planos em 2012.

## Reunião com Ayres Brito

Em reunião no dia 7, os coordenadores da Fenajufe solicitaram, mais uma vez, do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ayres Brito, apoio para que seja agendada uma audiência da Federação com o presidente do STF, ministro Cezar Peluso. No encontro, os dirigentes sindicais ressal-

taram a importância de o Judiciário atuar junto ao Executivo para que o impasse nas negociações seja resolvido e um acordo fechado para aprovar o PL 6613/09. Eles questionaram o desrespeito do governo Dilma em relação à autonomia do Judiciário Federal e cobraram uma postura mais incisiva de Peluso e dos demais ministros do Supremo.

"Os deputados não permitem que o governo interfira no reajuste dos funcionários da Câmara, cuja categoria deverá ter seu aumento aprovado. E no caso do Judiciário, o governo e os parlamentares simplesmente interferem e o Judiciário não faz nada? Isso é inaceitável", questionou, na reunião, a Fenajufe, ao reafirmar a importância da atuação do STF.

Ayres Brito informou aos coordenadores da Federação que tem conversado sobre o assunto, constantemente, com o ministro Cezar Peluso. Ele avaliou, no entanto, que o cenário está bastante complicado e que a resistência por parte do governo Dilma tem impedido que haja avanços no diálogo quanto à possibilidade de fechar um acordo orçamentário.

O vice-presidente do Supremo garantiu que vai conversar, sobre o PCS, com o Advogado Geral da União, Luiz Inácio Lucena Adams. De acordo com o ministro, o objetivo da reunião é buscar apoios, no âmbito do governo federal, visando encontrar uma alternativa ao impasse estabelecido nas negociações entre o STF e o Executivo. Ele ficou de dar um retorno à Fenajufe sobre o resultado dessa conversa. *Da Fenajufe*

---

## Calendário

- **Até o dia 19/12:** o relator geral da LOA 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), deverá concluir o seu relatório final.
- O relatório será votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) até o dia **20 de dezembro** e até dia **22** no plenário do Congresso.

## Encerrada a apuração de votos na eleição para a nova Diretoria do SINTRAJUSC

A Comissão Eleitoral encerrou na sexta-feira, 9, a apuração dos votos na eleição para a nova Diretoria do SINTRAJUSC e, também às 14 horas de sexta, deu posse aos membros da nova gestão. O resultado foi o seguinte:

Votos apurados: 594

Votos para a chapa: 561

Votos em branco: 12

Votos nulos: 21

Não houve impugnação de urnas, votos ou de votantes. A Comissão Eleitoral agradece a participação dos servidores que trabalharam na eleição como mesários.

## Informe sobre a Ação dos 14,23%

O SINTRAJUSC informa que já ajuizou a ação em 20 de setembro de 2007 solicitando 14,23%, em substituição processual para seus filiados. A referida ação está aguardando apreciação nos Tribunais Superiores.

A Assessoria Jurídica do Sindicato ajuizou esta ação para todos os servidores filiados buscando a incorporação do percentual de 14,23% e o pagamento dos atrasados retroativos a 2003 (processo número 2007.72.00.011206-0). O índice surgiu com a edição das leis 10.697/2003 e 10.698/2003, sendo que a concessão da VPI - vantagem pessoal inominada - para algumas categorias de servidores representou um reajuste velado de até 14,23%.

A Constituição Federal, no artigo 37, X, não permite a concessão de reajustes diferenciados para os servidores públicos federais. Inicialmente, o índice era de 13,23%, sem levar em consideração o percentual de 1% já concedido a título de revisão geral em 2003.

Em reunião do Coletivo Jurídico da Fenajufe, definiu-se que o índice de 2003 (1%) também seria cobrado na ação, o que efetivamente foi feito.